

# A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SURDEZ POR EDUCADORES E O REFLEXO NA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

## LA REPRESENTACIÓN SOCIAL DE LA SORDERA POR PARTE DE LOS EDUCADORES Y LA REFLEXIÓN EN LA INCLUSIÓN ESCOLAR DEL ESTUDIANTE SORDO

## THE SOCIAL REPRESENTATION OF DEAFNESS BY EDUCATORS AND THE REFLECTION IN THE SCHOOL INCLUSION OF THE DEAF STUDENT

Carolline Nunes Lopes  
carollopes.psicologia@gmail.com

---

### Resumo

O presente trabalho visa, a partir do conceito de representação social, propor uma reflexão sobre a inclusão do indivíduo com surdez. Segundo censo do IBGE de 2010, no Brasil cerca de 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva. Desses, 2.147.366 milhões apresentam deficiência auditiva severa, cerca de um milhão são jovens até 19 anos, ou seja, em idade escolar. A pesquisa foi realizada em periódicos e concluiu que passos têm sido dado para mudar o histórico de segregação, no entanto, precisamos de fazer ainda mais para mudar essa realidade. Um dos principais pontos é o conhecimento da Libras, uma língua que representa toda a luta dessa comunidade

**Palavras-chave:** Representação Social. Surdez. Inclusão Escolar

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo, a partir del concepto de representación social, proponer una reflexión sobre la inclusión del individuo con sordera. Según el censo del IBGE de 2010, en Brasil, alrededor de 9,7 millones de personas tienen pérdida auditiva. De estos, 2.147.366 millones tienen hipoacusia severa, cerca de un millón son jóvenes hasta los 19 años, es decir, en edad escolar. La investigación se llevó a cabo en revistas y concluyó que se han dado pasos para cambiar la historia de la segregación, sin embargo, necesitamos hacer aún más para cambiar esta realidad. Uno de los puntos principales es el conocimiento de Libras, un linaje que representa toda la lucha de esta comunidad.

**Palabras clave:** Representación social. Sordera. Inclusión escolar

### Abstract

The present work aims, based on the concept of social representation, to propose a reflection on the inclusion of the individual with deafness. According to the 2010 IBGE census, in Brazil, about 9.7 million people have hearing loss. Of these, 2,147,366 million have severe hearing loss, about one million are young people up to 19 years old, that is, of school age. The research was carried out in journals and concluded that steps have been taken to change the history of segregation, however we need to do even more to change this reality. One of the main points is the knowledge of Libras, a lineage that represents the entire struggle of this community

**Keywords:** Social Representation. Deafness. School inclusion

---

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa, a partir do conceito de representação social, propor uma reflexão sobre a inclusão do indivíduo com surdez.

Para melhor compreender esse problema, optamos por esclarecer o uso do termo Surdo já no título da pesquisa. O termo deficiente auditivo, como é usualmente usado, é designado a tudo aquele que possui perda auditiva em maior ou menor grau. Já o termo surdez é designado apenas aqueles que tem pouquíssima ou nenhuma capacidade auditiva. No texto será grafado surdo, com inicial maiúscula, para identificar essa população minoritária que utiliza muitas vezes da Língua de sinais para se comunicar. No decorrer do trabalho será feito um relato histórico, o objetivo deste relato histórico é abrir uma possibilidade de compreensão acerca dos modos de vida passados que reverberam ainda hoje nas nossas práticas educacionais e nos nossos discursos.

Segundo censo do IBGE de 2010, no Brasil cerca de 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva. Desses, 2.147.366 milhões apresentam deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB). Cerca de um milhão são jovens até 19 anos, ou seja, em idade escolar. A construção do trabalho é atravessada pelo entendimento de que a inclusão escolar é a melhor e a metodologia atual do Ministério da Educação que apresenta ótimos resultados para os alunos, pois a educação é para todos de forma equânime. No entanto, a falta de capacitação profissional e diversas outras dificuldades são noticiadas frequentemente nos Jornais do nosso país e tema de ações no Ministério Público. A cada ano, novas ações são movidas por falta de Intérpretes de Libras nas Escolas, por exemplo. A inclusão não é a realidade para muitos que vivem no mundo do silêncio.

E ao buscar por um “culpado” pelo fracasso ou não inclusão e pelas dificuldades do aluno muitas vezes se individualiza uma problemática e desresponsabiliza a sociedade envolvida. E a quem se dá o papel de culpado? Este trabalho se propõe a produzir essa reflexão, qual a representação social da surdez feita pelos educadores? Será ela a culpada pelo fracasso escolar dos alunos? Será ela limitante ou potente?

A partir dessa representação social definida o trabalho indagará como essa representação refletira na atuação dos educadores, como escrito por Moscovici a representação social que fazemos implica diretamente na nossa atuação no mundo.

## **2 METODOLOGIA**

O método utilizado para a presente pesquisa foi a revisão bibliográfica. Como descrito por Gil (pág. 44, 1991): “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Dentro desta metodologia foi aplicada a forma de revisão integrativa, por acreditar ser a que melhor se adequa a temática. Segundo Mendes, Silveira e Galvão a

revisão integrativa:

“inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos.” (pág., 1759, 2008)

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### Representação social

O conceito de Representação Social foi escrito por Moscovici em meados do século XX. Revisando sociólogos como Durkheim este psicólogo social escreveu a Teoria de Representações Sociais.

Jodelet (2001, p.22) define as representações sociais como:

[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social é à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais.

A Teoria de representação Social tratou com novos olhos o Senso Comum. Ela funciona como “filtros” que nos ajudam na compreensão de mundo, orientam os nossos comportamentos e interações interpessoais, é a nossa "bússola".

Mas, Moscovici (2003) alerta que as Representações Sociais não são apenas mediadoras entre o estímulo e a resposta. Para o autor, elas vêm antes do estímulo, caracterizando o fato que certo tipo de estímulo afeta mais um indivíduo do que outro.

Abric (1998) afirma que a Representação Social tem quatro funções fundamentais:

1. função de saber: nos auxilia na compreensão da realidade e na explicação do mundo em que vivemos.
2. função identitária: nos permite uma elaboração de identidade social.
3. função orientação: as RS encaminham nossos comportamentos, produzindo um sistema de antecipações e de expectativas, constituindo, portanto, uma ação sobre a realidade.
4. função justificatória: pois a partir das RS os sujeitos podem explicar e/ou justificar seus comportamentos com relação a uma situação específica ou com relação às outras pessoas.

A escola é uma pequena amostra da sociedade em que vivemos, ela retrata de maneira clara aspectos que constitui as nossas interações, dessa maneira encontramos inúmeras representações sociais nesse ambiente. Muitos pesquisadores têm se dedicado a identificá-las, tais como: Silva, Silva e Ferreira

(2017), Naiff, Naiff e Ávila (2017), Alves-Mazzotti e Wilson (2016), Ferreira, Brandão, Fernandes e Penteado (2014).

Ao compreender como e porque essas percepções, atribuições, atitudes e expectativas são construídas e mantidas, recorrendo aos sistemas de significação socialmente enraizados e partilhados que as orientam e justificam, podemos propor mudanças através da educação. (ALVES-MAZZOTTI, 1994).

### **Surdez**

Para iniciar o nosso dialogo vamos falar sobre a história da surdez já teve desde a antiguidade quanto a educação. Primeiramente, vale ressaltar que o termo deficiência auditiva é usado para pessoas com problema auditivo de qualquer tipo e perdas auditivas em qualquer grau. Segundo Almeida (2001) a pessoa com deficiência na audição é aquela cuja audição está prejudicada a ponto de dificultar de maneira significativa, mas não impedir a compreensão da fala. São pessoas que tem perda leve ou moderada da audição, as quais muitas vezes se comunicam de forma oralizada.

Pessoas com surdez são aquelas nas quais a audição está prejudicada impedindo a compreensão da fala através do ouvido, com ou sem o uso de um aparelho sonoro individual. Por mais que no senso comum seja utilizado o termo “surdo-mudo”, este termo é inadequado. Os Surdos não falam porque não ouvem e não por apresentarem algum problema nos órgãos fonoarticulatorios, o termo correto a ser usado é pessoa com surdez. Mas para fins deste projeto chamaremos de Surdos, tal como dito por Honora e Frizanco (2009) com inicial grafada em maiúsculo para direcionar a essa minoria que tem a Língua de Sinais, sua LÍNGUA materna.

Na antiguidade o pensar e falar eram atividades intrinsecamente ligadas e nos caracterizava como humanos. Assim os Surdos por não ouvir não aprenderam a falar, e sem a fala não eram considerados humanos. Essa visão permaneceu ate o fim da Idade Media, reforçado por discursos religiosos (HONORA & FRIZANCO, 2009).

Nessa época os Monges que viviam em clausura e tinham feito voto de silêncio criaram uma Língua de Sinais para se comunicarem. Com o intuito de evangelizar começou a se ensinar esta língua aos Surdos.

Durante a Idade Moderna a educação de Surdos evoluiu, nasceu novas correntes como a Leitura Labial e foram criados Institutos. Da mesma forma se seguiu a Idade Contemporânea, até que em 1880 aconteceu o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos. Nesse Congresso foi votado, por maioria ouvinte, que o Oralismo (método que estimula o uso da fala pelos Surdos) seria o único método aceito, abolindo a Língua de Sinais. (STROBEL, 2008)

Segundo relatado por Honora e Frizanco (2009), esse período de proibição durou cerca de 80 anos, os quais os Surdos eram obrigados a se adequar ao mundo dos Ouvintes. Em consequência disto, caiu o número de Surdos envolvidos nas escolas, a qualidade da educação dos surdos diminuiu e as crianças

surdas saíam das escolas com qualificações inferiores e habilidades sociais limitadas. Nesta época, Binet e Simon aplicaram uma avaliação sistemática do método oral em um grau de Surdos e concluíram que eles só poderiam compreender e ser compreendidos por pessoas que já estavam acostumadas com a sua comunicação.

A partir disso, STROBEL (2008) fala que começou uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o seu direito linguístico cultural, as associações dos surdos se uniram mais, os povos surdos que lutam para evitar a extinção das suas línguas de sinais. Em 1970 a Língua de Sinais voltou a vigorar e hoje a forma de ensino é o Bilinguismo, que entende a Língua de Sinais a Língua Materna dos Surdos.

No Brasil, a educação para os Surdos iniciou no tempo de Dom Pedro II, com a criação do Instituto Nacional de Educação para os Surdos e ensino de Língua Francesa de Sinais, esta lenha deu origem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Os Surdos Brasileiros passaram pelo tempo de proibição da Língua de Sinais e lutaram muito para o seu retorno. Desde 2005 a LIBRAS é a segunda Língua oficial do nosso país, que segue a tendência internacional de ensino Bilíngue aos Surdos (HONORA & FRIZANCO, 2009).

### **Atualmente: Inclusão**

Nos dias atuais a educação no país é realizada de forma inclusiva, na qual a escola se adequa as necessidades do aluno e não o aluno as necessidades da escola. Segundo Thomas, Walker e Webb (1998), o Center for Studies on Inclusive Education (CSIE) define uma escola inclusiva como uma escola que:

- Reflete a comunidade como um todo; os seus membros são abertos, positivos e diversificados; não selecionar, não exclui, não rejeita;
- não tem barreiras, acessível a todos, em termos físicos e educativos (currículo, apoio e *métodos de comunicação*);
- trabalha com, não é competitiva;
- pratica a democracia, a equidade.

Esta definição se encontra nos princípios da Declaração de Salamanca, quando propõe que a educação se deve processar em escolas regulares, que devem “proporcionar os meios mais capazes para combater atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos;” (SANCHES & TEODORO,2006) Sendo assim uma responsabilidade de toda escola e não apenas de professores.

Quando algo diferente disso ocorre, podemos dizer que não houve uma inclusão, mas apenas uma integração, na qual o aluno é colocado em uma escola regular, mas não há nenhuma adaptação escola para a sua permanência. (SANCHES & TEODORO,2006).

## **5. CONCLUSÃO**

Portanto, percebemos a importância da representação social que a sociedade faz da capacidade do sujeito com surdez, e como essa reflete em sua vida. Passos tem sido dado para mudar o histórico de segregação, no entanto, precisamos de fazer ainda mais para mudar essa realidade. Um dos principais pontos é o conhecimento da Libras, uma língua que representa toda a luta dessa comunidade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. Estudos interdisciplinares de representação social, v. 2, p. 27-38, 1998.

ALMEIDA, E.C Deficiência auditiva: como evitar e cuidar. São Paulo: Atheneu, 2001.

ALVES-MANZZOTTI, Alda J. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações a Educação. En: Em Alberto, Brasília. Ano 14, n.61, 1994

ALVES-MAZZOTTI, A. J., & WILSON, T. C. Relação entre representações sociais de “fracasso escolar” de professores do ensino fundamental e sua prática docente. Revista Educação e Cultura Contemporânea, V.1(1), 75-87, 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011

DISCROL, D., YEBOAH, P., & RUPERT, D. (2007). Merging qualitative and quantitative data in mixed methods research: how to and why not. Ecológica and. Environmental Antropóloga, 3.

FERREIRA, A. V. S., BRANDÃO, M. D. F., FERNANDES, C. S., & PENTEADO, A. Reflexões acerca das representações sociais de professores de uma escola pública em relação ao fracasso escolar. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 11, 2014

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary L. E. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In.: As representações sociais. p. 17-44. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001

MOSCOVICI S. O fenômeno das representações sociais. in S. Moscovici (Ed.), Representações sociais: investigações em psicologia social. p. 29-109. Petrópolis, Vozes, 2003

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M.; ÁVILA, R. F. Preconceito, concepções de justiça e representações sociais de grupos sociais minoritários no contexto educacional. In.: Representações Sociais, educação e saúde: um enfoque multidisciplinar. V1. Ramon MissiasMoreira, Zenilda Nogueira Sales, Vera Lúcia Chalegre de Freitas, Tatiane Casimiro Valença (org). Curitiba: CRV, 2017.

SILVA, R. D.; SILVA, S. B.; FERREIRA, W. S. Representações Sociais de qualidade da educação: um estudo da prática pedagógica da rede estadual de Pernambuco. In.: Representações Sociais, educação e saúde: um enfoque multidisciplinar. V1. Ramon MissiasMoreira, Zenilda Nogueira Sales, Vera Lúcia

Chalegre de Freitas, Tatiane Casimiro Valença (org). Curitiba: CRV, 2017.

SANCHES, I. & TEODORO, A.. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, 08, 63-832006.

STROBEL, Karin. História da Educação de Surdos. Florianópolis: Letras/Libras - UFSC, 2008b.

THOMAS, G., WALKER, D. & WEBB, J. The making of the inclusive school. London: Routledge, 1998

WOLTER, R. P. & WACHELKE, J. Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. Psicologia: Teoria e Prática, 15, 119-129. 2013

Recebido em: 10/10/2019

Aceito em: 25/10/2019

Endereço para correspondência:

Nome: Carolline Nunes Lopes

Email: carolopes.psicologia@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)